



# Críticas ao Protocolo de Kyoto

Luiz Augusto Germani \*

O Comitê Econômico da Câmara dos Lordes da Inglaterra, na véspera da reunião de Cúpula do G8, que reuniu os sete países mais ricos do mundo e a Rússia, na Escócia, em julho passado, fez críticas ao Protocolo de Kyoto.

Os questionamentos atin-

gem as bases do acordo, ao afirmarem que:

- 1) O conhecimento científico sobre as mudanças climáticas deixa margem para "consideráveis incertezas" sobre o futuro;
- 2) Existem dúvidas sobre a objetividade científica do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas;
- 3) As metas de redução de emissões do Protocolo farão pouca diferença no cenário global e, provavelmente, fracassarão em relação ao objetivo.

Para outros integrantes da União Européia, as metas de redução de emissões são incompatíveis com os requisitos do crescimento econômico de suas regiões. Diante disso, se deveria orientar recursos internacionais para os avanços tecnológicos, ganhos de eficiência e conservação de energia. Coincidentemente, a mesma orientação que serve de base a um acordo alternativo encabeçado pelos EUA e pela Austrália, que não aderiram ao Protocolo.

O Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas, Energia Limpa e

Desenvolvimento Sustentável, aprovado pela própria Cúpula, sinaliza uma evidente mudança de rumo no tratamento do assunto.

Em primeiro lugar, a demanda global de energia crescerá em 60% nos próximos 25 anos, concentrada na China e na Índia. Isso demandará a manutenção e o desenvolvimento de fontes de energia mais seguras, confiáveis e acessíveis. A declaração também reconhece cerca de dois bilhões de pessoas, atualmente, sem acesso a serviços de energia modernos, o que deverá ser corrigido para atingir os objetivos da Cúpula do Milênio de 2000.

Em segundo lugar, a idéia de coibir as emissões de gases de efeito estufa é substituída por uma política menos poluidora com ênfase em promover a inovação, eficiência energética e conservação de energia; aprimorar os arcabouços políticos, regulatórios e financeiros, e acelerar a implementação de tecnologias mais limpas. Enfim, trabalhar com os países em desenvolvimento para aumentar

## Fatos que pesam nas decisões

- O desenvolvimento econômico nas próximas décadas depende do aumento do consumo de combustíveis fósseis;
- As principais economias da União Européia não cumpriram as metas de redução de emissões acertadas para 2012;
- Os gigantes emergentes, China e Índia, excluídos nas metas originais do Protocolo de Kyoto, experimentarão um intenso aumento do consumo de combustíveis fósseis;
- A falta de conhecimento sobre a influência das emissões de carbono nas variações de temperatura atmosférica, é insignificante.

os investimentos privados e transferências de tecnologia, levando em conta as suas próprias necessidades e prioridades energéticas".

O terceiro aspecto e, talvez, o mais importante, é passar do controle do "aquecimento global" para a busca de adaptação sócio-econômica às mudanças climáticas. Nas palavras do editorial do "The Australian": "Como a cúpula do G-8 provou, não existe um consenso sobre como combater o aquecimento global, hoje ou amanhã, mas o sino está agora dobrando por uma década de ilusões".

O Protocolo de Kyoto recebeu um novo abalo com a divulgação da Parceria Ásia-Pacífico sobre o Desenvolvimento Limpo e o Clima, assinada por EUA, Austrália, China, Índia, Coreia do Sul e Japão. Como os signatários representam mais de 50% das emissões de carbono globais, a importância do novo acordo para o futuro do Protocolo de Kyoto é evidente. Ganha espaço o enfoque que privilegia os avanços tecnológicos como forma de enfrentamento dos problemas climáticos e de poluição.

Entretanto, são pequenas as ilusões quanto à eventual admissão, pelos dirigentes europeus, sobre a falta de base científica dos alarmistas ambientais. Menos ainda, quando estão envolvidos os principais instrumentos financeiros de Kyoto, para preservar: o chamado mercado de "créditos de carbono". E, no caso do Brasil, em especial, um tópico a se destacar no Plano de Ação do G8 é aquele que faz referência à intenção de se reduzir ao máximo a exploração de madeiras nativas. Essa decisão limitará a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras e a concorrência com produtos agropecuários europeus. ■

## Situação delicada na conferência do Canadá

A 11ª Conferência das Partes Sobre a Mudança de Clima e a 1ª Reunião dos representantes dos 155 países que homologaram o Protocolo de Kyoto, realizada no final de novembro, em Montreal, no Canadá, deu sinais de mudanças de rota na primeira iniciativa mundial para a contenção da emissão de gases causadores do efeito estufa. Como a versão Kyoto acaba em 2012, a pauta das negociações trata com mais carinho da segunda fase do acordo. Sem o cumprimento das metas de redução dos poluentes e as exceções concedidas aos países em desenvolvimento, a questão climática continua a preocupar.

Apesar do pouco respeito às suas regras, falar em fracasso do Protocolo de Kyoto parece ser um exagero. Se a meta para o período de 2008 a 2012 era de uma diminuição de 5,2%, os países desenvolvidos chegaram a 5,9%. Esse resultado, aparentemente positivo, refletiu a desaceleração econômica da ex-União Européia. Na verdade, a emissão de gases cresceu de 11,5% a 41,7%, pela ordem no ranking da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (UNFCCC), em Mônaco, Portugal, na Grécia, Irlanda, no Canadá, na Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Áustria, nos Estados Unidos, no Japão, na Itália e Espanha.

Os Estados Unidos, na condição de maiores emissores de gás estufa do Planeta, expandiram a emissão em 13,3% durante 1990 a 2003 e prosseguem nesse ritmo de 1,5% ao ano. Mesmo assim, o assunto sofre com as mazelas internas. Bill Clinton assinou o acordo em 1997, mas seu precedente, George W. Bush, não fez a adesão. A argumentação é de gerar uma situação privilegiada de crescimento para os países excluídos de cumprir as metas, tais como China, Índia e Brasil.

A China rapidamente galgou o segundo lugar e mostra números assustadores. Aproximadamente, 70% de seus rios estão em estado de contaminação. Mais de 30% do país sofrem com a chuva ácida. Cerca de 30 mil lagos foram perdidos desde 1960, e o país tem 20 das 30 cidades mais poluídas do mundo.

A implicação brasileira com o efeito estufa converge para a questão do desmatamento. De acordo com estudo publicado pela ONU, dos 1,47 bilhões de toneladas de dióxido de carbono lançados anualmente para a atmosfera, quase a metade decorre de alterações no uso da terra e por desmatamentos.

Enfim, tanto os países emergentes como os desenvolvidos seguem o mesmo padrão de comportamento em termos de crescimento econômico. E o grande ônus de todo esse processo recai sobre o meio ambiente. Se a queima de combustíveis fósseis, os principais responsáveis pelo efeito estufa, segue em ascensão, o Brasil não reduz suas emissões sob a alegação de que, em relação ao mundo, possui apenas 3% da população e emite 1%. Um ambiente em que muitos discursam, porém poucos cedem.

\* Professor de Direito Agrário da FGV, e-mail: germani@germaninet.com.br